

Economistas debatem as intenções do Brasil

O plano de metas que o governo brasileiro assumiu com o Fundo Monetário Internacional (FMI) dividiu a opinião dos economistas em São Paulo. Enquanto o professor Mário Henrique Simonsen entende como perfeitamente factível o programa traçado, Celso Luiz Martone, sócio do ex-ministro Mailson da Nóbrega no escritório de consultoria MCM, o considera de difícil execução.

"É factível, sim, mas desde que o governo insista no caminho que começou a trilhar, baseado na política monetária austera e num forte ajuste fiscal", advertiu Simonsen, que hoje participou de almoço de confraternização promovido pela Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC).

Na avaliação do ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, até mesmo o financiamento do setor público estaria garantido neste cenário, a partir da emissão de títulos com perfil mais alongado e, se necessário, com correção cambial, "como sempre ocorreu desde 1967, com as famosas ORTN com cláusula cambial".

Simonsen acredita que a inflação vai acabar implodindo com a persistência da política monetária, que,

pelo seu caráter gradual, imporá grandes sacrifícios a todos, mas garantirá que, no fim do ano que vem, ou no início de 1993, as taxas recuem para um dígito, como previsto na carta de intenções assinada com o FMI.

Para Martoni, seria necessário um ajuste fiscal muito mais rígido para atingir as metas propostas pelo governo — por exemplo, reduzir o percentual da inflação para 2% até dezembro do próximo ano.

Segundo o consultor, a parcela máxima dos juros da dívida externa que o País conseguiu pagar foi de US\$ 9 bilhões anuais, isso quando a situação econômica era bem mais favorável.

"Para se atingir a meta de US\$ 8 bilhões de pagamento neste ano, como foi proposto, talvez tenhamos que recorrer a empréstimos externos", prevê Martoni.

Com relação à expansão monetária de 3,7% no segundo trimestre do ano que vem, sobre o primeiro, como propõe a carta, Martoni diz que "só acredito vendo". Para ele, esse crescimento é uma consequência da tentativa de redução da inflação porque implica aperto monetário.

(AG)